

PORTARIA Nº 088 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021.

Outorga a VIA BRASIL, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no Ribeirão do Sapo.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 4011/GOUT/CCRH/SURH/2021, de 27 de janeiro de 2021, acostado às fls. 96/97 f/v do processo SAD Nº 426304/2020.

RESOLVE:

**Art. 1º** Outorgar a Via Brasil, CNPJ: 30.820.959/0001-34, doravante denominado Outorgado o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação superficial no Ribeirão do Sapo, com a finalidade de obras de pavimentação asfáltica da MT 100 localizada entre os Municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari, na Bacia Hidrográfica Amazônica e da Unidade de Planejamento e Gerenciamento TA - 03 - Alto Araguaia, com as seguintes características:

I - Coordenadas geográficas da captação no Ribeirão do Sapo: 17º33'43,00" de Latitude Sul e 53º18'30,00" de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 100,08 m³/h (0,0278 m³/s ou 27,8 L/s);

II - O outorgado deverá implantar e manter em funcionamento o equipamento de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas;

III - A Outorgada deverá encaminhar anualmente à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições das vazões captadas e lançadas mensalmente e do relatório de monitoramento da qualidade da água e do efluente final até 90 dias do início do ano subsequente ao ano do monitoramento;

IV - No Artigo 12 no parágrafo § 1º e § 2º do Decreto 336 de 06/06/2007, o empreendedor terá até 02 (dois) anos, para o início da implantação do empreendimento objeto da outorga; e até 06 (seis) anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 27 de janeiro de 2026, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º O Outorgado responderá às infrações das normas de utilização dos recursos hídricos conforme previsto no Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021;

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação, de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 9º O outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 03 de fevereiro de 2021.

REGISTRADA,  
PUBLICADA,  
CUMPRA-SE...

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos  
GSALARH/SEMA-MT

Nome	CPF	RG	Função	Assinatura	Assinatura	Assinatura	Assinatura
Adriana	00578	8	Coordenadora				
Alvina	07578	8	Assistente				
Elaine	00278	8	Assistente				
Luciana	00378	8	Assistente				
Marceline	00278	8	Assistente				
Deborah	00178	8	Assistente				

ANEXO

Tabela 01 – Ribeirão do Sapo

Coordenadas Geográficas --: 17°33'43,00" de Latitude Sul e 53°18'30,00" de Longitude Oeste  
DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,0278	8	26
Fevereiro	0,0278	8	26
Março	0,0278	8	26
Abril	0,0278	8	26
Mai	0,0278	8	26
Junho	0,0278	8	26

Volume total Anual (m³): 249.799,68

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,0278	8	26
Agosto	0,0278	8	26
Setembro	0,0278	8	26
Outubro	0,0278	8	26
Novembro	0,0278	8	26
Dezembro	0,0278	8	26